

# Água e processos subjetivos

(Water and subjective processes)

Giovanna De Marco\*

## Resumo

Esta pesquisa se propôs a mapear situações relacionadas a processos de subjetivação, no sertão do submédio São Francisco, Bahia, e mais recentemente nas comunidades rurais de Massaroca, distrito de Juazeiro. A água, a seca e o sertão são tomados como elementos determinantes, na produção de tais processos. O campo pesquisado é marcado por segmentações variadas, num percurso que atravessa a história, a literatura, a sociologia, a cultura, a política e a formação regional.

Palavras-chave: Processos subjetivos; Água; Seca; Sertão; Comunidades rurais.

O processo de colonização do sertão do submédio São Francisco, iniciado no final do século XVII, a posterior formação da região e a organização social de seus núcleos urbanos e rurais estiveram atravessados, permanentemente, pela água, em seu excesso e escassez. Esse atravessamento, porém, não é sempre o mesmo e nem se reproduz igualmente nos ciclos definidos pela água e pela seca, pois apresenta variações e gradações bastante particulares e não capturáveis nas definições de estações, períodos ou séries. Mesmo quando se faz, por exemplo, a divisão do ano apenas em duas estações – seca e verde ou verão e inverno – sabe-se que a distribuição da água de chuva não é homogênea, de modo a produzir variações quase imperceptíveis naquilo que estaremos chamando de *territórios existenciais* dos habitantes da região.

Entre o excesso e a escassez de água há uma tensão, a partir da qual emergem problemas distintos que marcam a produção social do cotidiano da população,

---

\* Texto recebido em dez./03 e aprovado para publicação em fev./04.

° Doutora em Psicologia Clínica (PUC-SP), professora do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia. e-mail: giomarco@terra.com.br.

demandando também soluções que se diferenciam, tendo em vista as diversas configurações geográficas, sociais, históricas. Neste sentido, valeria lembrar os comentários de Orlandi (2001), para quem é preciso

... levar cada vez mais a sério a dimensão ao mesmo tempo ontológica e política dos problemas, pois são estes que dão ao social sua labiríntica sinuosidade, suas arestas brilhantes ou suas cavernosas reentrâncias. E cada problema em pauta impõe aos agentes e pacientes inesperadas redistribuições de ímpetos e cautelas, de atenções e de devaneios, de vida e morte, de alegrias e tristezas, de ação ou inércia. E cada problema envolve-se com outro em intercessões que multiplicam as surpresas no campo problemático inteiro. (p. 42)

O que despertou nosso interesse em mapear os processos subjetivos, nas diversas configurações históricas da região estudada, não foi o apenas o desejo de fazer uma história dos mesmos, mas principalmente de dar visibilidade à problemática que envolveu a sua constituição. Assim, poderíamos romper com certas representações, tidas como verdades instituídas, mas reducionistas, além de focalizar elementos normalmente desprezados por elas, a partir um leitura de multiplicidades.

Verde/seco, verão/inverno, estio/chuva, sertão velho/sertão renascido, sertão/agreste, sertão/litoral, líquido/seco, seco/úmido, semi-árido/úmido. Estes e muitos outros termos que se opõem em dicotomias estão a segmentar o sertão nordestino. Eles expressam não apenas as mudanças entendidas como da natureza, mas ao mesmo tempo valores morais, verdades, posições sociais e políticas, éticas, estéticas, usos de linguagens, afetividades, qualidades, hábitos, atitudes etc. As categorias dicotômicas, sem dúvida, são também um modo de os processos subjetivos capturarem as multiplicidades. Mas, de acordo com Deleuze & Guattari (1966), as multiplicidades são irreduzíveis às unidades que essas categorias dicotômicas nomeiam. Guattari & Rolnik (1986) ao analisarem os processos de produção de subjetividade, afirmam que os mesmos não se dão por centralização ou por semiotização, nem tampouco são exercidos por agentes individuais ou grupais. Estes autores apostam, antes, em seu funcionamento rizomático e em sua dimensão maquínica:

... [eles] implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim, sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção idéica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.). (p. 31)

Considerando a dupla descentralização dos processos de subjetivação, esta pesquisa problematizou, na formação social da região pesquisada e nas práticas sociais de seus habitantes, os limites impostos por figuras identitárias (vaqueiro, caatingueiro, sertanejo, sertão, seca, nordeste entre outras), que, ao reafirmarem esses processos de subjetivação, nos moldes de uma identidade estereotipada, acabam por desprovê-los de sua singularidade e do movimento próprio à sua constituição.

Os processos de subjetivação foram, assim, mapeados por nós através de *linhas*, não como contornos fixos da subjetividade, pois estes poderiam conduzir a identidades fixas e pré-estabelecidas. Tais linhas seriam, então, constitutivas de novos modos de relação com a terra, com a produção, com a água, etc. Estamos falando aqui, de linhas

... que são não apenas praticadas como também tematizadas. Vê-se que essas linhas, enquanto fluxos intensivos e enquanto portadoras de potências expressivas e interrogativas, vivem constante estado de experimentação: vê-se que elas experimentam a si próprias nos encontros por elas provocados ou nos encontros que lhe são impostos por outras linhas da diferença em ação, linhas constitutivas disto ou daquilo, constitutivas deste ou daquele signo, deste ou daquele acontecimento, de um novo tipo de relação esportiva com as águas, com o ar, etc. (ORLANDI, 1996, p. 1)

Um dos propósitos desta pesquisa foi a tentativa de manter o estado constante de experimentação das *linhas flexíveis*, construídas na composição do mapa dos processos subjetivos. Esse estado de experimentação convoca à heterogeneidade, sem dar primazia ao idêntico, a um campo transcendental que o subordine. Nessas linhas, o sertão foi definido como multiplicidade, apreendido sempre parcialmente, em sua geografia espacial, em seus aspectos climáticos, em sua fauna e flora, em sua literatura e poesia, em sua regionalidade política e cultural.

A própria seca, tratada quase sempre como um fenômeno natural, não deixou de alterar-se na sua concepção e nas práticas a ela ligadas. Até por volta do início do século XX, ela era problematizada a partir de um universo místico-religioso, no qual o sertanejo, através de diversas práticas, reproduzia crenças e saberes sobre os ciclos das chuvas, sobre as formas de obtenção da água e sua conservação, sobre o modo de ocupar e trabalhar a terra etc. Nos processos de subjetivação constituídos a partir desta concepção de seca, as soluções reproduziam relações “gente-mato-bicho”, ou seja, relações ainda não reduzidas à dicotomia homem-natureza, submetidos às forças sobrenaturais.

É preciso considerar, no entanto, que a definição do Nordeste como região seca ocorreu numa configuração histórica em que predominou, no cenário lo-

cal e nacional, uma concepção de seca como problema político, a ser enfrentado regionalmente.

A idéia de Nordeste se gestou no cruzamento de uma série de práticas regionalizantes, motivadas pelas condições particulares com que se defrontaram as províncias do norte, no momento em que o dispositivo da nacionalidade (...) coloca como tarefa, para os grupos dirigentes do país, a necessidade de se construir a nação. (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 305)

Trabalhar a regionalidade como criação suscitou um mapeamento de seu processo de formação, bem como de todos os elementos nele determinados, inclusive a própria idéia de região e de seca. Ao mapear os processos subjetivos, nas diversas configurações históricas regionais, no sertão do submédio São Francisco, pudemos dar visibilidade às soluções empreendidas pela população, em seu cotidiano, à medida em que a seca se colocava como problema regional. As soluções, que assim surgiram foram de combate, no plano molecular, nos micro-espacos sociais. Nos combates à seca, nas lutas contra a seca, os processos subjetivos se constituíam nos modos de intervir para defender-se contra ela, por meio de ações individuais ou coletivas, que passaram a ser dirigidas por autoridades públicas. Nessa mudança de concepção de seca, configurou-se uma relação em que a natureza é tida como exterior ao homem e passível de domínio, com atitudes de previsão e controle tanto nos sistemas produtivos como em diversos âmbitos da vida. O combate contra a seca mobilizou estratégias e práticas tanto locais como na sociedade em geral, e buscou aliviar as conseqüências vividas nos períodos de maior ou menor escassez de água.

Na década de 1990, a idéia de luta foi dando lugar à de convivência com a seca, supondo medidas e práticas racionalizadas, que visavam mudanças na maneira de os indivíduos conceberem e minimizarem os seus efeitos. Uma série de dispositivos técnicos e sociais foi acionada e nela operavam tanto idéias de combate como de convivência com a seca.

Não há entre essas diferentes concepções de seca uma relação de complementação ou de exclusão. Contemporaneamente, elas coexistem, conflitandose muitas vezes e, a depender dos problemas, as soluções remetem a uma ou a outra. Apesar de a idéia de convivência com a seca predominar, na região pesquisada, como a solução para lidar com suas conseqüências e reproduzir-se nas práticas, as pessoas não deixaram de tratar a seca numa articulação com as forças tidas como da natureza e divinas. Elas continuam a fazer suas promessas aos santos e cultivam crenças místicas. Os processos de subjetivação articulam, diferentes práticas e concepções que supõem um ou outro modo de operar com a seca. E essa articulação não se expressa, necessariamente, numa racionaliza-

ção que possa esgotar todos os seus sentidos. A cada vez haverá uma articulação cujo sentido se produzirá na busca de soluções para os problemas a se enfrentar.

Concomitante à idéia de convivência com a seca intensificam-se práticas nas quais se reproduz um sistema produtivo de molde capitalista. Conforme Deleuze & Guattari (1996) o modo de produção capitalista destrói os códigos que sustentam a sociedade tradicional, liberando os fluxos do desejo, mas ao mesmo tempo submetendo-os à lei do valor – axiomática do capital. Nesse contexto, novas questões são colocadas e deslocam a problematização da seca polarizada na escassez ou falta de água para a implantação do excesso dessa mesma água, a partir de ações públicas concretas.

Como regularizar a oferta de água nas áreas do Nordeste atingidas pela seca? Essa questão, presente há muito tempo, passa a determinar em maior grau as soluções a serem propostas e implementadas. A seca e os elementos que definiam o Nordeste seco serão pensados de um outro modo, quando, na produção social dos modos de existência, passam a predominar relações capitalistas. Nesse deslocamento para a água em seu excesso estão implicadas todas as condições que buscam garantir um projeto de desenvolvimento regional sustentável. Uma das soluções propostas de produção de energia e difusão tecnológica refere-se à transposição das águas do Rio São Francisco. A discussão dessa proposta, nos diversos âmbitos, social, político, econômico, tecnológico, cultural, tem dado visibilidade às diferenças homogeneizadas na região Nordeste definida como seca, e não às singularidades que de fato existem. Seca que não é a mesma, e nem os seus efeitos o são, nas diversas áreas atingidas por ela.

O rio São Francisco atravessa alguns dos estados dessa região e as questões colocadas referem-se não só ao impacto ambiental que poderá provocar um projeto de tal magnitude, como também aos embates entre as forças políticas dos estados que a ele pertencem. Políticas de subvenção federal há muito tempo vêm promovendo um projeto de desenvolvimento regional. Porém elas não se estenderam em sua implementação à população como um todo e sim àqueles grupos engajados nesse projeto. A unificação regional, garantida na seca e em seu flagelo, vai dando lugar a um embate político de grande porte, que tem na água o seu objeto de disputa. Tende a mudar, portanto, a definição da região como também o modo de as pessoas se determinarem nesse processo.

Nas linhas mapeadas nesta pesquisa também foi problematizado o isolamento como constitutivo da região do submédio São Francisco. É recorrente afirmar-se em opiniões ou mesmo em trabalhos literários, poéticos, científicos, jornalísticos, sociológicos e políticos, que essa região, onde se situa Juazeiro, se fez no isolamento. A problematização trouxe para um mesmo campo

outros processos, que também ocorreram na formação regional. Esses diferentes processos continham elementos paradoxais, pois ao mesmo tempo em que as terras do sertão foram ocupadas, no período colonial, por imensos latifúndios de pecuária bovina, isolados uns dos outros por grandes distâncias, mantiveram-se ligados ao litoral por diversas atividades não apenas comerciais.

Conceber a região no isolamento das fazendas de pecuária foi algo que afirmou o vaqueiro numa positividade que o colocava na origem de uma civilização, daquilo que estava mais próximo do ser brasileiro, segundo Albuquerque Júnior (1999). Na identidade de vaqueiro compuseram-se elementos que lhe davam uma originalidade na região semi-árida, a partir de recursos mínimos de sedentarização. Os brancos, negros, mestiços e índios, presentes no processo de formação da denominada região do submédio São Francisco, fizeram composições entre si que não reproduziram as formas dos segmentos molares das sociedades de onde provinham ou de suas subjetividades.

Os processos de subjetivação produziram composições feitas de hibridismos, pensados não apenas na produção cultural, mas também da subjetividade não submetida a um princípio identitário, conforme afirma Rolnik (1998), e isso reduz a constituição de si, o modo de ser, a uma imagem reproduzida igual a si mesma, substancializada e submetida ao regime da representação. A produção subjetiva tem no princípio antropofágico a sua constituição, em que um modo de ser dessubstancializado e indissociável de suas múltiplas e invisíveis hibridações estaria produzindo outros modos. Há uma virtualidade permanente nos processos subjetivos que se atualizam em diferentes contornos não apreensíveis numa figura identitária. Portanto, os hibridismos que se expressaram nos corpos dos homens, na criação de uma linguagem, de atitudes, de hábitos, de costumes, saberes, gostos, afetos e poderes, davam um sentido às mudanças neles provocadas, ao enfrentarem o desconhecido no sertão.

A identidade de vaqueiro conferia a esses homens um lugar numa sociedade, que até então lhes reservara a desclassificação e desqualificação. A imagem de um vaqueiro, com suas roupas de couro, montado a cavalo, expressa a positividade em que se compôs a sua identidade. Porém a identidade assim constituída subsumia outros elementos presentes nos processos de subjetivação que não eram redutíveis a ela. As atividades do vaqueiro estavam agenciadas num território que fazia ligações diretas com o litoral e zonas mineradoras, centros consumidores e as fazendas nas quais as famílias mantinham entre si um sistema de comunicação e solidariedade. Nesse território, os processos de subjetivação foram se diferenciando e complexificando e não eram redutíveis à identidade de vaqueiro.

Ao mapearmos a vida que estava a fazer-se no sertão, nas fazendas de gado,

encontramos para além de uma identidade de vaqueiro estereotipada na valentia ou machismo nordestino, processos subjetivos constituindo-se em meio a diferentes forças, de seu embate surgindo modos de ocupação da terra e da produção social da existência. Foi esse o campo de imanência em que homens e mulheres foram se constituindo, não em segmentos antagônicos, excludentes ou de complementaridade, como entendem muitos estudos (FREYRE, 1968, 1980; SILVA, 1998), mas neles se conjugando diferentes linhas com suas macro e micropolíticas.

As mulheres, cuja presença era bastante reduzida no início da formação das fazendas, mas tendo um aumento sensível depois de meados do século XVIII, desenvolviam diversos tipos de atividades, além da administração da casa e educação dos filhos. Silva (1998) apresenta algumas informações referentes ao processo de ocupação nas fazendas de gado no Piauí, que indicam, em menos de um século, entre 1697 e 1762, um aumento do número de mulheres de 0,9% para 46,5% na população. A dificuldade de informações mais específicas referentes à região do submédio São Francisco e a semelhança, em termos de processo de ocupação da terra e proximidade geográfica dessas áreas, levou-nos a supor um aumento significativo no número de mulheres na região pesquisada.

Se o poder patriarcal concentrava-se na figura do fazendeiro, como afirmam os estudos de Freyre (1968, 1980), havia poderes que eram próprios às mulheres. As mulheres os exerciam na direção da casa, da vida íntima e religiosa da família, na educação dos filhos e na relação com os seus empregados, quando os tinham. O poder patriarcal desenvolveu-se diferentemente no sertão, pois as mulheres assumiram diversas tarefas tidas como masculinas, tinham uma mobilidade que não era dada às mulheres brancas do litoral e, em alguns casos, encabeçaram a administração das fazendas durante as viagens ou após a morte do marido. Enquanto o patriarcado se constituía como poder molar, outros micropoderes se distribuía na molecularidade dos afetos e na produção da existência em família, passando pelas mulheres e pelas crianças. Ao nos referirmos ao molar e ao molecular, lembramos, com Deleuze & Guattari, que estes

... não se distinguem simplesmente pelas dimensões, como uma forma pequena e uma grande; e se é verdade que o molecular opera no detalhe e passa por pequenos grupos, nem por isso ele é menos coextensivo a todo campo social, tanto quanto a organização molar. Enfim, a diferença qualitativa das duas linhas não impede que elas se aticem ou se confirmem de modo que há sempre uma relação proporcional entre as duas, seja diretamente proporcional, seja inversamente proporcional. (DELEUZE & GAUTTARI, 1996, p. 93)

Por isso, entendemos que as famílias, ao se organizarem como sistema produtivo, cuja unidade foi mantida até os dias de hoje, sempre estiveram atra-

vessadas por formas molares e moleculares, comportando ambas uma macro e micropolítica, coexistentes e inseparáveis uma da outra. Entretanto, um outro modo de produção agropecuária foi se constituindo na região e a família foi se definindo em outros termos, concomitante às mudanças nos processos de subjetivação.

Problematizar a identidade de vaqueiro trouxe para um mesmo campo de produção os processos de subjetivação que também estavam a se fazer nas fazendas, nos povoados, nos centros urbanos e na beira do rio, articulados numa diversidade de práticas e crenças, não redutíveis a uma figura identitária. O sertão do submédio São Francisco definiu-se não só na ocupação pelas fazendas de gado, mas também nas diferentes conexões estabelecidas por terra e por água entre diversas regiões do litoral e províncias vizinhas, depois transformadas em estados. Todos esses processos foram produzidos num mesmo campo de imanência diferenciando-se em singularidades, homogeneizadas em identidades – vaqueiro, caatingueiro, beiradeiro, barqueiro, sertanejo entre outras – que não expressam, senão parcialmente, a multiplicidade a que pertencem.

A diferença em que se constituíram os processos de subjetivação daqueles que viviam no sertão teve em Canudos um canal de expressão. Canudos, situada no sertão da Bahia, deu visibilidade, durante a guerra no final do século XIX, a um desconhecido para o país e, particularmente, aos centros urbanos ditos civilizados do litoral. Sistemáticamente, este se afirmou no momento da guerra, em que o sertão, como todo o Norte (a região Nordeste ainda estava por se formar), precisava integrar-se ao resto do país, e isso foi reiterado até os nossos dias. A integração supôs uma região isolada, praticamente, três séculos, como se a produção social da existência tivesse se mantido a mesma desde o início da colonização. Desconheceu-se tudo que ali foi criado nos hibridismos e conexões, bem como a não-abertura do país à diferença ali expressada. Nas experimentações do coletivo que deram origem a Canudos, constituíram-se novos processos subjetivos, deslocados inteiramente de uma identidade de vítimas ou de fanáticos religiosos que aguardavam por soluções ou milagres. Porém, nos efeitos da guerra, o que se ampliou para o resto do país foi exatamente uma identidade de vítimas ou de fanáticos religiosos, como representativa de uma identidade do sertão.

A destruição de Canudos ocorreu em meio a um processo de desterritorialização nas relações econômicas, sociais e políticas na Bahia. Nos seus efeitos prevaleceu uma integração aos centros urbanos e de poder do sul do país. A região tinha que se modernizar. Dentro dessa nova configuração histórica é que foram concebidas a região Nordeste e uma identidade: a seca. As características que homogeneizaram o sertão com a guerra de Canudos foram estendidas

para todo o Nordeste. Na concepção de uma identidade regional, a seca foi transformada de periódica em um estado de coisas, permanentemente, assolado pela escassez ou falta de água e pela miséria de seu flagelo. Foi subsumida, assim, toda e qualquer diferença que não reproduzisse essa identidade. As resistências a esse modo de integração ao país não deixaram de surgir ao longo da história. A música, a poesia, o cordel e a literatura as expressaram com maior vigor e afirmaram, sem pretender esgotar, aquilo que é o desconhecido do sertão, do Nordeste. Enquanto isso, no campo da política, da economia e da educação, o Nordeste foi concebido, preponderantemente, na negatividade de um modelo de modernização em curso nos centros urbanos do país, o qual não era reproduzido na região, continuando desconhecido em suas diferenças.

A seca, concebida até então numa configuração místico-religiosa, foi deslocada para o âmbito político regional, nessa nova configuração histórica, e as soluções, nela pensadas, reproduziram uma concepção política. Nos desdobramentos sucessivos, a seca foi deslocada para as causas da não-modernização regional e em diversas políticas públicas federais procurou-se definir um projeto de desenvolvimento que integrasse definitivamente o Nordeste ao Brasil. Os processos de subjetivação expressaram essa concepção de seca em práticas e saberes articulados numa racionalidade regida por estratégias de previsão e controle. Definiam-se, então, relações de dominação do homem sobre uma natureza concebida como exterior a ele. As soluções pensadas empregavam tecnologias, técnicas e dispositivos sociais tidos como capazes de enfrentar as adversidades trazidas pela seca. As mudanças foram implementadas pelo viés político e técnico, como desdobramento dessa nova configuração histórica.

A demora da modernização em chegar até o sertão do submédio São Francisco e ao Nordeste como um todo caracterizou-se cada vez mais como uma questão de ordem política. As mudanças, iniciadas praticamente na segunda metade do século passado, vêm se estendendo até hoje em políticas emergenciais e descontínuas. E foi em meio a esse processo, intensificado na década de 1980 nas nove comunidades rurais da região de Massaroca – Lagoinha; Curral Novo/Jacaré/Lotério; Lagoa do Meio/Baraúnas; Cachoeirinha; Caldeirão do Tibério/Bangüê/Empoeira Branca; Cipó; Lagoa do Angico; Juá/Saquinho dos Bispos e Canoa – que se constituiu o campo problemático desta pesquisa.

As nove comunidades rurais de Massaroca têm buscado materializar, há mais de vinte e dois anos, um projeto de desenvolvimento sustentável. Elas tiveram que tornar produtivo, no sentido capitalista do termo, um sistema que ainda estava, em grande parte dos casos, voltado para suprir as necessidades básicas das famílias. Mudanças ocorreram na produção e nos processos de subjetivação. O cultivo de subsistência, polarizado no seco que entrava em mo-

vimento com a água trazida pelos ciclos das chuvas, foi ocorrendo ao lado de outros modos de produção. Vale lembrar que as comunidades estão situadas numa área da porção central do polígono das secas, que apresenta um grande déficit de precipitações, tendo em cada ano, em média, dez meses de estiagem.

Foi possível assim tornar a terra mais produtiva e voltada para um mercado consumidor que funciona com regras específicas. A pecuária extensiva, que dominava as atividades produtivas e continuou a dominar, foi dando lugar a outro sistema, que tem procurado compor o sistema extensivo (no fundo de pasto)<sup>1</sup> com o sistema fechado (nas terras cercadas). Nesses sistemas de pecuária e cultura de mercado foram se constituindo processos subjetivos nos quais os vaqueiros passaram a se definir como proprietários e gestores de recursos do meio (pastagem coletiva) e de suas terras cercadas, que eles passaram a administrar com o plantio de forrageiras (palma, capim, etc.) para utilização em sistema de rodízio no período de seca e de culturas de mercado. Os processos de subjetivação passaram a operar com práticas não experimentadas anteriormente e romperam com os modos de lidar com a água, com a terra, com o plantio e com o mercado.

A divisão das terras herdadas entre os membros das famílias fragmentou as fazendas e o poder, antes centralizados num único dono. Na década de 1980, a ameaça de perda das terras motivou a organização das comunidades pesquisadas em associações, para defendê-las da ação de grileiros. A organização entre as comunidades foi ampliada e criou-se uma rede da qual participaram técnicos de diversos órgãos públicos e parceiros de entidades internacionais, todos buscando viabilizar um projeto de desenvolvimento local. Ao longo de mais de vinte e dois anos em que todos, diversamente, buscaram viabilizar esse projeto, um outro modo de existência foi se fazendo. As mudanças nos processos de subjetivação se expressaram não só nas pessoas das comunidades como também naqueles que lá atuavam.

Um projeto de educação mobilizou forças nas comunidades e efetivou dentro dele uma série de práticas, nas quais a organização política foi fortalecida. Nessa organização constituiu-se uma macropolítica, na qual foi reproduzida uma ação política que administrava desigualmente os recursos materiais nas comunidades. Entendemos tal macropolítica como aquela que captura os fluxos da realidade em estruturas molares, como máquinas sociais que operam tanto para a repetição quanto para a anti-produção. Entretanto, juntamente com esse funcionamento, também uma micropolítica se processava, enfraque-

---

<sup>1</sup> Os termos “terras em comum” ou “fundo de pasto” são empregados para denominar terras de posse coletiva, usadas para o pastoreio de animais de diversas fazendas próximas.

cendo as formas macro e sobrepondo-se a elas, mobilizando outras formas de organização. Uma outra ética se efetivava nos coletivos criados em torno de problemas, com a participação diferenciada das comunidades ou de alguns de seus membros. Tal micropolítica atuava através de forças invisíveis, criando microagenciamentos, conexões que faziam emergir o novo. Os coletivos se constituíam em torno dos problemas emergentes e sua duração dependia da mobilização, ininterrupta ou periódica, que as soluções demandavam. Alterava-se assim a macropolítica, circunstancialmente ou de modo mais duradouro, num embate de forças heterogêneas e ativas, oriundas da ação coletiva. No mapeamento das ações políticas, foi se delineando um movimento de macro e micropolíticas que se processava diversamente, a depender dos problemas colocados. Esse movimento provocava em alguns técnicos e professores envolvidos no processo dúvidas e desconfianças, uma vez que esperavam dos membros das comunidades comportamentos ingênuos e inabilidade no trato com a política. Acompanhar esse movimento provocava um embate entre as identidades, entre as linhas duras da subjetividade. Linhas duras que eles supunham ser dos membros das comunidades, identificados com um modo estereotipado, tal como se apresentava nas ações políticas individuais ou coletivas. Para além de uma identidade suposta, estavam em curso processos de subjetivação inapreensíveis por ela.

A família, apesar de manter-se como unidade afetiva, social, produtiva e da terra, não era a mesma. A divisão das terras de herança, a delimitação progressiva das terras individuais, a pressão do aumento de rebanho sobre o fundo de pasto, a divisão do poder e dos interesses nas comunidades, a maior permanência dos filhos na terra, o acesso à educação e aos meios de comunicação, as mudanças nos valores e padrões de comportamento, entre outros, foram determinando relações de outra natureza na família. O casamento e a maternidade não têm sido o único modo de a mulher se afirmar, ela tem se definido diferentemente nas novas práticas vividas nas comunidades. A mulher vem atuando em outros espaços também afirmativos, nos quais fica problematizada a relação homem-mulher.

O projeto de desenvolvimento promoveu soluções que trouxeram melhorias materiais nas condições de existência das comunidades. Junto com elas vieram todas as questões comuns à sociedade contemporânea e mais outras, que surgiram no modo como as soluções foram implementadas nas comunidades. A integração da região foi sendo feita, mas parece que as conseqüências negativas se anteciparam ao progresso anunciado no projeto de desenvolvimento. Nas comunidades, hoje, há sérios problemas a demandar novas soluções. Porém, ao tomá-los para si, as comunidades precisariam de repensá-los, co-

letivamente, definindo outros processos de mudanças. A eficácia dessas soluções dependerá, em parte, da mobilização de forças nessas comunidades que deverão operar segundo as condições existentes ou a serem criadas. Saídas individuais podem vir a ser efetivas, mas o risco que elas apresentam às comunidades é maior. Pensar soluções no coletivo não significa que as comunidades devam se fechar sobre si mesmas. Ao contrário, quanto mais elas levarem em conta as diversas articulações que se produzem coletivamente, menor será o risco de serem atropeladas pelas mudanças macropolíticas em curso e de se afirmarem em sua diferença.

### Abstract

This research aimed at mapping situations related to subjectivity processes in the *sertão* (semi-arid inland) in sub-mid São Francisco River, State of Bahia, and, more recently, in the rural communities of Massaroca, district of Juazeiro. Water, drought and the *sertão* are taken as elements that determine the production of such processes. The investigated field is marked by varied segmentations, in a course through history, literature, sociology, culture, politics and regional formation.

Key words: Subjective processes; Water; Drought; *Sertão*, Rural communities.

### Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: Assírio & Alvim, 1966.
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, v. 3, 1996.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 20. ed. Rio de Janeiro/Brasília: J. Olympio Editora/INL-MEC, 1980.
- FREYRE, Gilberto. **Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil 2 – sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio Editora, 1º tomo, 1968.
- GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. **Micropolítica – Cartografias do desejo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- ORLANDI, Luis Benedicto Lacerda. **Linhas de ação da diferença**. Comunicação apresentada nos Encontros Internacionais Gilles Deleuze, Rio de Janeiro, 11/6/1996 (Mimeografada).

ORLANDI, Luis Benedicto Lacerda. Implicações dos processos de subjetivação na contemporaneidade. In: BARROS DE BARROS, Maria Elizabeth. **Texturas da Psicologia**: subjetividade e política no contemporâneo São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

ROLNIK, Suely. **Princípio antropofágico de individuação**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mar. 1998. (notas de aula).

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.